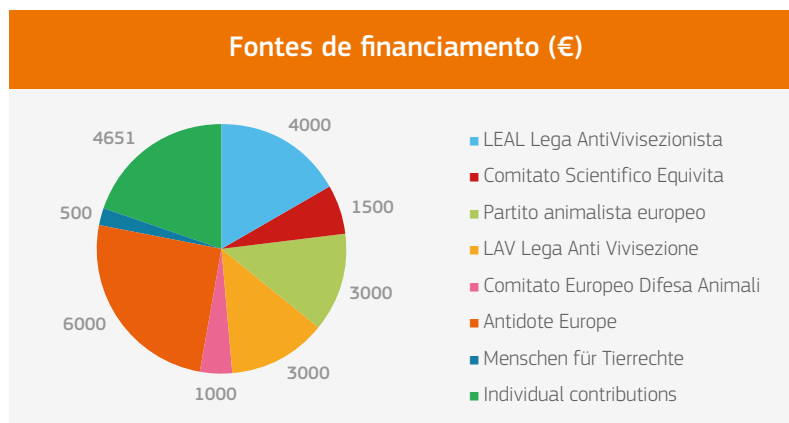


A INICIATIVA «STOP VIVISECTION»

A iniciativa «[Stop Vivisection](#)», registada em 22 de junho de 2012, tinha como objetivo propor um quadro legislativo europeu que visasse a eliminação progressiva das experiências com animais.

A iniciativa pretendia:

- > anular a Diretiva 2010/63/UE, de 22 de setembro de 2010, relativa à proteção dos animais utilizados para fins científicos
- > apresentar uma nova proposta no sentido de tornar obrigatória a utilização de dados diretamente relevantes para a espécie humana



Embora partilhasse a convicção dos organizadores de que as experiências com animais deveriam ser progressivamente eliminadas, a Comissão não aceitava que os princípios científicos invalidem o «modelo animal». A opinião da Comissão é de que a experimentação em animais não impede o desenvolvimento dos métodos de investigação alternativos. Por conseguinte, a Comissão não revogou a Diretiva 2010/63/UE, considerando que esta já permite atingir o objetivo final de substituição completa.

Esta iniciativa criou um precedente importante, já que a audição pública no Parlamento Europeu contou com a participação de peritos externos, que entrevistaram a par dos organizadores da iniciativa.

Fatores de sucesso:

- > Uma ampla rede de voluntários
- > Uma campanha de comunicação agressiva
- > Utilização intensa das redes sociais

A campanha da iniciativa «Stop Vivisection»

Preparação

A campanha «Stop Vivisection» foi apoiada por uma aliança à escala da UE que reunia mais de 250 grupos de defesa dos animais, organizações científicas e empresas que vendem produtos fabricados «sem crueldade para com os animais».

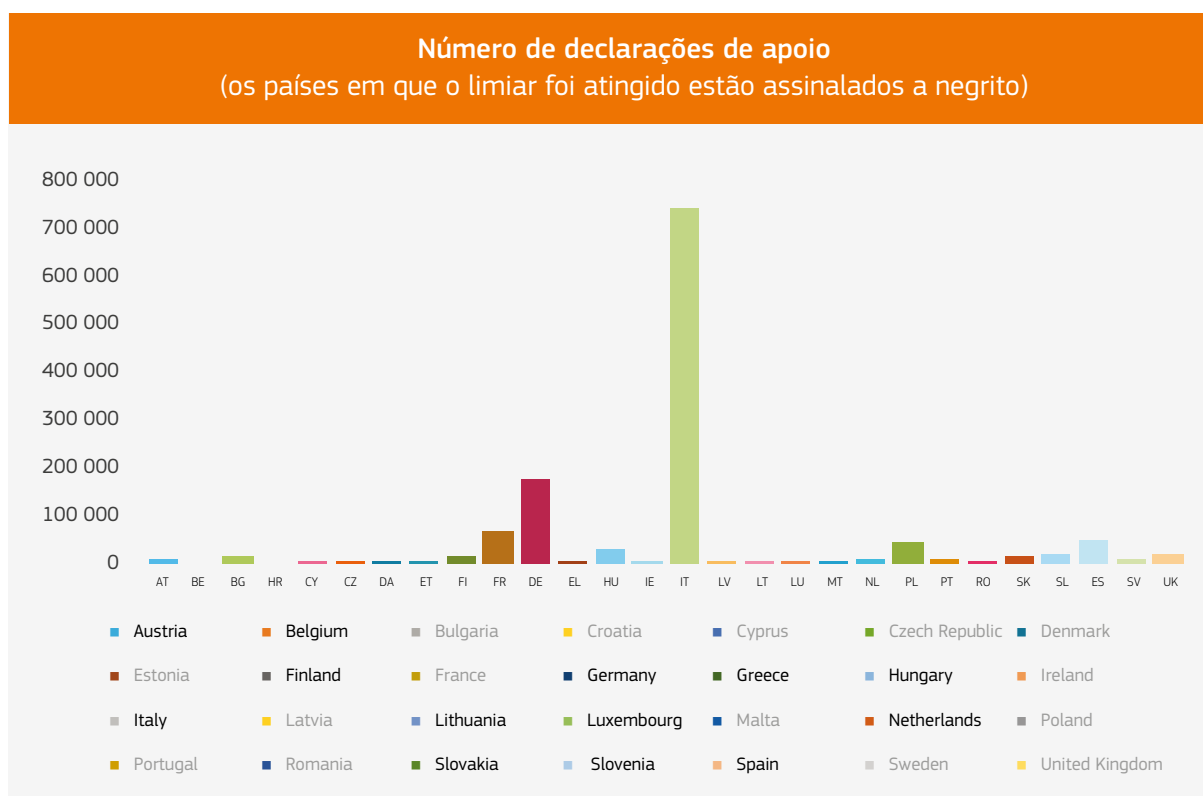
Uma rede de voluntários sólida, constituída antes do lançamento da iniciativa e reforçada durante a campanha, foi fundamental para a recolha do milhão de assinaturas. «Os contactos e as experiências enriquecedoras durante a campanha prepararam estes voluntários para outros projetos do mesmo tipo no futuro».

Recolha de assinaturas

A estratégia adotada durante a campanha foi fundamental para a recolha das declarações de apoio. Os organizadores desenvolveram redes sólidas num país, recolheram o maior número possível de assinaturas nesse país e utilizaram-no como alavanca para o país seguinte. Uma vez gerada uma massa crítica inicial de apoio, o objetivo da campanha deslocava-se para outro país de forma coordenada.

A falta de fundos constituiu um problema quando se tratou de criar o sistema de recolha por via eletrónica. Contudo, em resposta a estas dificuldades durante a fase de lançamento da iniciativa de cidadania, a Comissão ofereceu-se para alojar os sistemas de recolha por via eletrónica dos organizadores, bem como para prestar assistência técnica e formação, indo assim além das suas obrigações ao abrigo do regulamento. A título excepcional também aceitou declarações de apoio recolhidas até 1 de novembro de 2013 (depois do prazo de 12 meses) para todas as iniciativas registadas antes de 31 de outubro de 2012.

Quase 60% das assinaturas foram recolhidas por via eletrónica e pouco mais de 40% em papel.



Verificação e apresentação

A iniciativa foi apresentada em 3 de março de 2015, juntamente com certificados que confirmavam a validade de 1 173 130 declarações de apoio.

Exame e decisão da Comissão

A reunião com a Comissão realizou-se em 11 de maio de 2015 (ver [comunicado de imprensa](#)). Os organizadores reuniram-se com o Vice-Presidente da Comissão Europeia Jyrki Katainen e com o Diretor-Geral do Ambiente e apresentaram a iniciativa numa [audição pública](#) no Parlamento Europeu no mesmo dia.

Na sua [Comunicação](#) de 3 de junho de 2015 (ver [comunicado de imprensa](#)), a Comissão comprometeu-se a tomar as seguintes medidas:

- > acelerar os progressos relativos aos «três R» - Replacement, Reduction and Refinement (substituição, redução e aperfeiçoamento)-, mediante a partilha de conhecimentos
- > apoiar o desenvolvimento, a validação e a aplicação de novas abordagens alternativas
- > fazer respeitar o princípio dos «três R» e alinhar a legislação setorial pertinente
- > estabelecer um diálogo com a comunidade científica

Quanto a este último ponto, a Comissão organizou uma conferência científica em Bruxelas, em 6 e 7 de dezembro de 2016, para debater alternativas aos ensaios em animais. Além disso, apresentou um relatório sobre os progressos das medidas de seguimento (ver [relatório](#)).

Para mais informações sobre as medidas de seguimento, consulte o [sítio da iniciativa de cidadania europeia](#).

Lições aprendidas



Para os organizadores, «a campanha desenvolveu as competências cívicas e as relações transnacionais dos voluntários e reforçou o sentimento de identidade europeia de todos os participantes».

Apesar das dificuldades com o sistema de recolha em linha, os organizadores consideram que a recolha em linha das declarações de apoio foi «crucial» para que a iniciativa tenha conseguido recolher um milhão de assinaturas.

Segundo os organizadores, «uma iniciativa bem sucedida tem uma conclusão lógica: uma alteração legislativa». Mesmo que tal nem sempre aconteça, «uma iniciativa de cidadania europeia bem organizada é um exercício de sensibilização da opinião pública que contribuirá para uma alteração política».

Sugestões e conselhos para futuros organizadores



- > Os voluntários são o recurso mais importante e determinante. Apoie-se neles!
- > Recorra às ferramentas de comunicação em linha e às redes sociais na sua campanha.
- > Informe regularmente os voluntários dos progressos na recolha de assinaturas para lhes dar ânimo e os motivar.
- > Apoie-se nos contactos pessoais e redes dos parceiros: são cruciais para o sucesso da iniciativa.
- > Concentre-se nos países onde conta com parceiros fortes para atingir os limiares nacionais.

Esta «história de sucesso» é baseada numa entrevista realizada em 15 de fevereiro de 2018 com o Diretor da Antidote Europe e representante da iniciativa «Stop Vivisection», André Menache. As informações prestadas são independentes, não refletindo necessariamente a opinião da Comissão Europeia ou de outras instituições da UE ou nacionais. A Comissão não pode ser responsabilizada pela eventual utilização das informações aqui apresentadas.